Algumas considerações sobre a violência e terror como formas de dominação. O Caso Argentino*

Some considerações on the violence and terror as domination forms. The Argentine Case.

Algunos considerações en la violencia y el terror como formas de la dominación. El caso de Argentina

O presente artigo discute a utilização da violência e do terror enquanto práticas de dominação utilizadas na última experiência autoritária argentina. Mostra como o caráter massivo da repressão contra os setores populares perseguiu o duplo objetivo de submeter e silenciar à sociedade possibilitando a construção do silêncio social que todo autoritarismo exige. A violência tem por objetivo a eliminação da política entendida como prática constitutiva da comunicação e da liberdade.

The present article argues the use of violence and terror while domination practices used in the last Argentine authoritarian experience. It shows as the massive character of the repression against the popular sectors pursued the double objective to submit and silence to the society making possible the construction of the social silence that all authoritarianism demands. The violence has for objective the elimination of the understood politic as constitutive practice of the communication and the freedom.

El presente artículo examina la utilización de la violencia y del terror como prácticas de dominación utilizadas en la última experiencia autoritaria argentina. Muestra como el carácter masivo de la represión contra los sectores populares perseguió el doble objetivo de someter y silenciar a la sociedad permitiendo la construcción del silencio social que todo autoritarismo exige. La violencia apunta para la eliminación de la política entendida como constitutiva del campo de la comunicación y de la libertad.

Palavras-chave: violência, terror, autoritarismo, poder

Autor:

Prof. Jorge Edgardo Sapia

Bacharel em Ciências Sociais – UFF. Mestre em Sociologia – IUPERJ, Professor da Universidade Estácio de Sá.

E-mail: sapiajorge@yahoo.com

Introdução

O Cone Sul da América Latina foi palco, nas décadas de 60 e 70 do século XX, da implantação de regimes militares de novo estilo, caracterizados pelo sistemático desrespeito aos direitos humanos (Collier, 1982; Pinheiro, 1980). O elemento que unificou as diversas tentativas de disciplinar e ordenar sociedades que apresentavam – segundo a perspectiva dos setores dominantes – elevados índices de anomia, encontra-se no emprego generalizado da violência contra os setores populares. A violência foi utilizada, com frequência, como mecanismo para a obtenção e/ou manutenção do poder político. Por sua vez, funcionou como instrumento de luta, por diversas organizações revolucionárias que enfatizavam uma concepção de violência que, nas águas do marxismo, era concebida como “parteira da história”. Por outro lado, foi frequentemente implementada como mecanismo de provocação e controle por parte de diversos grupos para-militares.

As ações desses grupos, isto é, as constantes intimidações, atentados, diversas formas de coerção sobre militantes populares e boa parte da intelectualidade, contribuíram para introjetar na população as raízes do medo e incerteza que atingem seu paroxismo, no momento de implantação e consolidação das diversas experiências autoritárias na região.

Violência e terror

Entendo por violência a intervenção física voluntariamente imposta por um indivíduo ou grupo sobre outro indivíduo ou grupo. O objetivo principal é destruir ou causar dano físico a um opositor real ou potencial. A violência pode ser utilizada para destruir, para controlar ou para punir. Os mecanismos de controle e de punição podem ser vistos como formas de poder, entretanto, como observa Walter, a destruição não representa um mecanismo de poder a não ser que seja utilizada diretamente para controlar e punir. (Walter, 1969, p. 15)

No verbete sobre violência, incluído no Dicionário de Política, Stoppino, (1982, p. 1672) assinala que a utilização sistemática da violência permite a obtenção de dois objetivos. Primeiro, a violência direta é aquela que afeta de modo imediato o corpo da vítima, permitindo a destruição de um inimigo real ou potencial. Em segundo lugar, e como consequência dessa ação exemplar, promove as bases para a obtenção de consenso e obediência a um determinado tipo de regime político. Stoppino sugere, ainda, que é possível separar analiticamente a utilização da violência em dois níveis. O primeiro diz respeito à produção e efetiva utilização desse recurso de poder, isto é, a *violência em ato*. O segundo nível designa a capacidade intrínseca de produzir uma violência futura conforme as circunstâncias o exijam, isto é, a *ameaça da violência*. A primeira oferece resultados claros e precisos. A segunda aponta à obtenção de comportamento social previsível. Óbvio afirmar que a utilização da violência direta,

(*) Este artigo é parte de um capítulo da dissertação de mestrado apresentada pelo autor em 2004 no IUPERJ, com o título *La construcción de Espacios Simbólicos de Resistencia: Madres de Plaza de Mayo y Familiares de Desaparecidos y Detenidos por Razones Políticas*.

aliada à ameaça, confirma e ratifica a existência dos recursos, assim como a predisposição com que contam os produtores dessa ameaça para levá-la a cabo. Essa separação analítica permite, ainda, diferenciar a violência do exercício do poder. O poder pode ser entendido como a capacidade de "modificar la conducta de los individuos o de los grupos dotado por lo menos de un mínimo de voluntariedad; la violencia es la alteración perjudicial del estado físico de los individuos o grupos" (Stoppino, 1982, p.1672). Se o poder pode mudar a vontade do outro, a violência, entretanto, pode mudar "el estado del cuerpo o de sus posibilidades ambientales e instrumentales". (idem, p.1672).

Neste mesmo sentido Hanna Arendt afirma que o poder "jamais poderá florescer da violência", ou ainda, que somente "a pura violência é muda, e por este motivo a violência, por si só, jamais poderá ter grandeza". (Arendt, 1991, p.35) Essas idéias indicam que a violência aponta, preferencialmente, à eliminação da política, entendida por Arendt, como constitutiva do campo da liberdade e, portanto, da imprevisibilidade inerente à ação humana; ou como agrega Celso Laffer (1991, p.252), a política enquanto "campo de comunicação e de interação que assegura, no âmbito de uma comunidade, através da criatividade da ação, o poder do agir conjunto, resulta da condição humana de pluralidade e de diversidade".

Nesse mesmo caminho Habermas (1980, p.105) ao comentar o conceito de poder em Arendt diz que "toda ordem estatal degenera numa dominação baseada na violência, quando isola, por desconfiança, os cidadãos entre si, proibindo o intercâmbio público de opiniões. Essa ordem destrói as estruturas comunicativas, as únicas nas quais o poder pode surgir".

Na sua análise sobre o totalitarismo Hanna Arendt chama a atenção para o peso, para a centralidade, que tem a noção de "inimigo objetivo" na construção do poder totalitário. Diz que essa categoria designa o grupo que em nome da ideologia é, a priori, condenado a desaparecer, independente do comportamento dos indivíduos que o integram. O mais importante, continua,

é que o totalitarismo define seu inimigo ideologicamente antes de tomar o poder (...) Assim, os judeus na Alemanha ou os descendentes das antigas classes dominantes na URSS não estavam realmente sob suspeita de ação hostil alguma; tinham sido declarados inimigos objetivos do regime em decorrência de sua ideologia, e isto bastava para serem eliminados (Arendt, 1979, p.178).

Dessa maneira, explica, para o governo totalitário, o "inimigo objetivo" é um "portador de tendências" como o portador de uma doença. A autora mostra que na prática, "o governante totalitário age como alguém que persistentemente insulta outra pessoa até que todo mundo saiba que ela é sua inimiga, a fim de que possa - com certa plausibilidade - matá-la em auto-defesa" (Arendt, 1979, p.279)

O caso argentino

No regime autoritário argentino, implantado em Março de 1976, a violência assume essa dimensão radical um vez que foi utilizada, pelos detentores do poder, para semear o terror no conjunto da população. Tratou-se da implantação do Terrorismo de Estado¹.

¹ A expressão foi utilizada pela Comissão de Direitos Humanos da OEA em seu informe sobre a situação dos direitos humanos na Argentina. A categoria designa basicamente, uma prática de detenções forçadas, torturas, assassinatos e desaparecimentos como prática de governo aplicada pelo Estado. Consultar também, Eduardo Duhalde, El terrorismo de Estado en la Argentina. Buenos Aires, Eudeba, 1984.

Entendo por terror, o recurso extremo ao que recorre um governo para manter-se no poder, exercendo uma severa coerção contra indivíduos ou grupos da sociedade. A situação de terror é provocada pelo grau de arbitrariedade e imprevisibilidade com que é utilizada a violência. Estas duas características ampliam a gama de possíveis vítimas, regulando na sociedade uma série de comportamentos e atitudes tendentes a ocultar qualquer manifestação visível ou postura crítica - por menor ou mais tímida que seja - que denote a existência de uma possível oposição. O exemplo mais conhecido desta forma de utilização do terror foram os onze meses da ditadura do Comitê de Salvação Pública comandada pelos jacobinos Robespierre, Marat e Saint-Just na França pós-revolucionária (1793-1794)

Por sua vez, o grau de arbitrariedade e imprevisibilidade com que podem ser aplicadas as sanções, acaba produzindo uma sensação de medo irracional a esse poder. Em seu trabalho sobre o Terror na Argentina, Juan Corradi, mostra que o terror é uma técnica de desorientação que tem por objetivo privar os sujeitos da oportunidade de calcular e poder prever as consequências de seus atos. E agrega que, na realidade, o terror "es una forma de poder en la cual la conformidad no es garantía de seguridad. Siendo su efecto principal la producción de un clima de ansiedad que resulta en una cultura del miedo." (Corradi, 1982, p.63). Neste sentido pode compreender-se que o terror acabe suspendendo toda capacidade de reflexão, permitindo, simultaneamente, que se aceite como verdadeiro o que não passa de construção ideológica.

Portanto, a finalidade intrínseca do terror é destruir e reduzir antecipadamente toda forma de oposição potencial. Quando um determinado regime político, sem reconhecer limites legais, utiliza a violência sistemática e arbitrariamente como recurso ótimo de dominação e, sobretudo, quando além da violência direta, mantém sobre seus súditos a constante ameaça de implementá-la novamente e toda vez que a arbitrariedade do poder o considerar necessário, se constitui o que Walter define como um *proceso de terror*. (Walter 1969). Para este autor, o *proceso de terror* se nutre de três elementos constitutivos: 1) os produtores da violência; 2) as vítimas escolhidas ou inimigos objetivos e 3) os prováveis alvos ou "inimigos suspeitos" - de acordo com a categoria proposta por Arendt. As vítimas ou "inimigos objetivos" têm seu destino previamente definido. No processo que nos ocupa a lógica do discurso oficial enuncia com precisão estereotipada que: "al enemigo sólo le espera la muerte", conforme se cansaram de repetir e conforme sabemos que efetivamente aconteceu. Os prováveis "alvos" encontram-se inseridos no processo de terror em graus variáveis e imponderáveis de pertinência, isto é, podem ou não ter identidades sociais específicas e, dependendo das circunstâncias, qualquer um pode tornar-se um alvo, dada a arbitrariedade e imprevisibilidade com que atuaram os "mercadores do medo" (segundo a feliz expressão de Corradi). Esses dois atributos - arbitrariedade e imprevisibilidade - geram, como sugere Walter, um medo irracional que faz com que desapareça toda e qualquer avaliação lógica e que, inclusive, desapareçam do universo do possível, as perguntas que possam conferir algum sentido às situações vividas. Seguindo este mesmo raciocínio e partindo do testemunho de Primo Levi, Renato Lessa observa, que a inexistência de uma lógica; a inexistência de um porquê resulta na primeira regra do método sociológico de uma sociedade concentracionária. Assim,

Um mundo onde não há porquê é um mundo desprovido de relações de causalidade estáveis, onde não há perguntas a serem feitas. O porquê é uma exigência existencial, diz respeito à inteligibilidade do mundo. Um mundo em que a possibilidade do porquê está suprimida está radicalmente privado de sentido (Lessa, 2002, p. 68)

Entretanto, vale a pena não deixar de lado a idéia de que o terror, promovido pelo Estado, geralmente é considerado arbitrário desde o ponto de vista das vítimas, uma vez que, como sugerem Lovas e Anderson (1982,p.79), desde o ponto de vista do Estado é racional, seletivo, educativo permitindo um eficiente controle social. Os autores lembram que, para o regime, "uma vítima é igual a qualquer outra(...)portanto é a forma mais democrática de controle social"(Lovas e Anderson,1982,p.79)

O período particularmente intenso do *processo de terror* destinado a destruir toda forma de oposição, e durante o qual cresce proporcionalmente a percepção do medo, designa uma *fase de terror*. Quando a violência, e o medo que ela produz, se circunscrevem a determinados grupos da sociedade, como pode ser o caso da violência racial, ou contra minorias étnicas, ou em núcleos determinados, previamente definidos como desviantes, fica definida uma "zona de terror", fora desse círculo as relações sociais funcionam normalmente. Porém, quando o terror se expande sobre o conjunto da sociedade, quando penetra em seus tecidos mais celulares, quando os indivíduos sentem que seus espaços públicos ficam cada vez menores, quando como círculos concêntricos que se fecham deixando cada vez menos saídas aos ex-cidadãos², estamos na presença de um "sistema de Terror" ou "terror total". Em um sistema com essas características todo comportamento torna-se equívoco. (Corradi, 1982, p.63) Portanto, sua eficácia depende principalmente do grau de atomização social e, como sugere Arendt, do desaparecimento de todo tipo de oposição organizada. (Arendt, 1985, p.30)

A implantação do sistema de terror: O caso argentino

No final de 1975 os sinais de uma nova intervenção militar eram inequívocos, o golpe é tido como inevitável por todas as correntes políticas nacionais. Duas leituras são privilegiadas na época. A primeira, em chave marxista, proveniente das organizações guerrilheiras, avalia o futuro golpe como uma mostra da crise definitiva do capitalismo dependente na Argentina e, portanto, como um claro sintoma da "agudização das contradições" que acelerariam o desenvolvimento da luta popular e a conseqüente vitória da revolução. A segunda leitura, feita pelas forças armadas e suas bases de apoio, entendiam a futura intervenção como um passo necessário para acabar com a desordem social provocada pela ativação política dos setores populares. A segunda leitura, vitoriosa, levou à implantação do terrorismo de Estado.

A partir de março de 76 as Forças Armadas deixaram claro na prática os elementos constitutivos da ordem reivindicada por importantes setores da sociedade: a produção de um processo de terror que gerou isolamento, privatização e silêncio social, atributos constitutivos de uma cultura do medo.

A intervenção militar de *novo* tipo teve como características: 1) a completa marginalização das instituições e sistemas de mediação tradicionais; 2) a ausência de prazos para atingir os objetivos previamente determinados e 3) acabar com a ameaçadora ativação política dos setores populares.

Como lembra O'Donnell (1980) A situação de ameaça diz respeito ao grau em que as classes e atores dominantes, tanto internos quanto externos, consideram iminente a ruptura dos parâmetros capitalistas e das afiliações internacionais voluntariamente procuradas pelos líderes políticos do setor popular.

Uma vez definida a ameaça torna-se necessário definir o principal inimigo sobre quem recairá, com inapelável rigor, o peso da violência. Como foi comum nos países do cone sul durante o período examinado, a categoria acusatória de *subversivo* serviu para indicar a matriz geradora da desordem e do comportamento desviante. Na lógica discursiva do regime militar, esta categoria de acusação política contém outras categorias mais globalizadoras, através das quais, questiona-se a própria humanidade dos acusados e tornam-se mais adequadas para a obtenção de áreas de consenso na população. (Velloso G. 1981, p. 59). Assim, encontramos com freqüência, a utilização de termos adjetivados que estigmatizam irremediavelmente as vítimas escolhidas: criminais; perigosos delinquentes subversivos; ateus, que procuram destruir as bases da ordem ocidental cristã e, enfim, uma enorme quantidade de variações sobre o mesmo tema.

A assimilação do "delinqüente subversivo" como agente recrutado pela conspiração comunista internacional sedimentou no interior das forças armadas, os elementos ideológicos que permitiram sua coesão. Tratava-se, na avaliação militar, de uma guerra contra um poderoso inimigo externo que não permite nem concessão nem claudicação. Neste sentido, a distinção privilegiada provém de uma definição da política nos termos propostos por Carl Schmitt, isto é, da existência do par opositivo amigo-inimigo. Como sugere Bobbio, a partir dessa definição o campo de origem e de aplicação da política "seria el antagonismo y su función consistiría en la actividad de agregar y defender a los amigos y desagregar y combatir a los enemigos" (Bobbio, 1982, p.1247) Essa visão dicotômica do social elimina a possibilidade de diálogo e exacerba as técnicas de vigilância, identificação e aniquilamento do inimigo.

A construção do silêncio.

Diferentemente das experiências autoritárias anteriores, o autodenominado Processo de Reconstrução Nacional contou com a quase absoluta homogeneidade de pensamento dos quadros da instituição com relação ao diagnóstico da crise preexistente. Homogeneidade que, claro, não se encontra nos períodos posteriores. De maneira que a avaliação prévia, conjugada à aprendizagem dos erros cometidos nas experiências autoritárias anteriores, - e particularmente a então recente experiência chilena - delimitou a metodologia adequada para iniciar a transformação das bases da sociedade. Como sabemos, não se tratou simplesmente de acabar com a desordem do governo peronista, pelo contrário, não havia normalização nem continuidade política possível. De fato, março de 1976 marcou uma nova etapa histórica na Argentina. Para isso foi necessário construir unanimidade com relação à metodologia adequada para consegui-lo. Como observam Mignone (1986) e Frontalini e Caiati (1984) nem todos os membros das Forças Armadas que participaram da reunião preparatória do golpe em setembro de 1975 concordaram com a metodologia definida. Entretanto, não existem ainda, informações claras com relação a quem ou com quais aspectos da metodologia se estabelecia algum grau de discordância. Não se sabe, em última instância, o destino daqueles que discordaram.

Assim, foi produzido um pacto de sangue que definia a participação "na guerra" contra os subversivos de todos os membros em atividade nas Forças Armadas. Esse pacto de sangue deixa claro, por decisão de todos os comandantes, o tipo de repressão que se aplicaria. Optou-se por uma repres-

² A expressão é de O'Donnell e indica o status de minoridade em que se encontra a sociedade nos regimes autoritários provocada pela suspensão dos direitos civis e políticos.

são clandestina³. O caráter sigiloso, clandestino, da repressão objetivava limitar os efeitos e uma eventual condenação de organismos internacionais.⁴

É sabido que o emprego generalizado e público da violência tem custos políticos elevados. Por isso, o método acordado possibilitou o mesmo rigor, eliminando a possibilidade de gerar protestos, tanto na esfera nacional quanto internacional. Internamente, contava-se com a percepção de caos generalizado, com a insegurança produzida pela crise econômica prévia e com o medo pela segurança pessoal que alimentou a omissão e passividade. Esses elementos permitiram que se implementasse uma política de extermínio massivo. A clandestinidade da repressão também permitiu, pelo inusitado, que amplos setores da sociedade contribuíssem com seu silêncio ao isolamento das vítimas diretas da repressão.

Do ponto de vista organizativo, o novo governo respondeu por um critério de proporcionalidade, conhecido como política dos trinta e três por cento. Esse critério foi utilizado para dividir proporcionalmente, instituições, meios de comunicação, áreas de ação operacional e prisioneiros. Por seu lado, esse princípio de proporcionalidade teve incidência no processo de feudalização do aparelho repressivo, - feudalização no sentido de autonomia e descentralização da máquina repressiva. Esse critério de proporcionalidade permite diferenciar a experiência Argentina de outros casos nacionais, como o chileno ou o regime brasileiro, por exemplo. Nestes dois casos, geralmente uma instituição especializada foi a encarregada do processo repressivo⁵. No caso em questão, as Forças Armadas como instituição assim como a forças policiais em seu conjunto, se encarregaram da aplicação e administração da repressão. Esse princípio organizativo criou não poucos conflitos ao interior das instituições, derivados de questões de poder, prestígio e dominação.

O elemento constituinte do "sistema de terror", foi a elaboração e implementação, como metodologia repressiva, de uma política de *desaparições forçadas de pessoas*. A bipolaridade da estrutura repressiva, segundo a conceitualização do Centro de Estudios Legales y Sociales (CELS), sua "dupla fase de normatividade" permitiu o desenvolvimento da metodologia. Isto é, se colocou em funcionamento, por um lado, uma repressão legal, ancorada no mítico discurso da existência de uma "guerra suja". Isto permitiu o funcionamento de diversos mecanismos de intimidação e disciplinamento. Por outro lado, estes mecanismos encontravam-se engastados na existência de um sistema paralelo normativo de caráter secreto, aplicado por unidades regulares, subordinadas às máximas hierarquias militares.⁶

O caráter paralelo e secreto da repressão reforçou a imagem de ordem do regime. A intensa campanha publicitária e a permanente intimidação coletiva foram meios adequados para

explicitar a ameaça e a predisposição de utilizar a violência toda vez e contra quem se julgasse necessário. Esses meios aguçaram diversos mecanismos de negação, tanto individuais quanto coletivos, frente a um poder que mostrava, com argumentos irrefutáveis, que a simples conformidade não era, em absoluto, garantia de segurança. A negativa se expressava não só na construção de um acentuado silêncio em diversos setores da população, quanto em frases proferidas com bastante frequência e que, a rigor, ocultavam mecanismos de cumplicidade social. Foi comum escutar durante esses anos: "alguma coisa terá feito para que fosse detido"; ou então: "por alguma coisa seria". Frases que revelam tentativas de encontrar alguma lógica racional para aquilo que então parecia carecer de qualquer lógica. Atitudes semelhantes foram descritas por Bruno Bettelheim em seu registro sobre os campos de concentração na Alemanha nazista: "*A forma mais simples de lidar com o problema era partir do princípio de que apenas a escória da sociedade era enviada para os campos e que esses mereciam seu destino*" (1985, p.221). O autor discute três mecanismos psicológicos diferentes utilizados para tratar do problema dos campos: a) negava-se sua aplicação ao homem em geral afirmando que a violência e tortura foram cometidas por um grupo reduzido de pessoas geralmente pervertidas ou loucas - no nosso caso, essas pessoas teriam cometido excessos na repressão, argumento utilizado para elidir a responsabilidade do regime; b) negava-se a veracidade dos relatos atribuindo-os à propaganda deliberada e c) acreditava-se nas notícias, porém se reprimia o conhecimento do terror logo que fosse possível. (Bettelheim, 1985, p. 198).

A cultura do medo era alimentada através dos resultados visíveis da "guerra suja", isto é, o conhecimento dos operativos de seqüestro, as inúmeras aparições de cadáveres em lugares públicos; o constante amedrontamento promovido por diversos métodos de controle social públicos e privados e, principalmente, os sucessivos pronunciamentos de caráter profético emitidos por diversos membros das Forças Armadas como o transcrito a continuação:

Primero, mataremos a todos los subversivos; luego mataremos a sus colaboradores; luego (...) a sus simpatizantes; luego a quienes permanezcan indiferentes; y por último mataremos a los indecisos⁷.

Considerações finais

O fechamento do Congresso Nacional, das Câmeras estaduais e municipais; a remoção dos membros da Corte Suprema de Justiça; a suspensão, *sine die*, da atividade político-partidária; a suspensão das atividades sindicais de trabalhadores, empresários e profissionais, são medidas que clausuram o locus de constituição dos sujeitos sociais. Além de suprimir os direitos políticos, ficam suspensos os direitos individuais: de igualdade perante a lei, à liberdade, particularmente de religião, de pensamento, à privacidade e à inviolabilidade de domicílio. A suspensão dos direitos civis e políticos clássicos, como de votar e ser votado, de participar em organizações político-partidárias, etc., impossibilita a luta por direitos sociais, como por exemplo, a regulamentação das leis trabalhistas, férias, aposentadoria, para seguir a seqüência proposta no clássico trabalho de Marshall (1967).

³ Documentos secretos tornados públicos pelo Departamento de Estado norte-americano mostram que o ex-chanceler Henry Kissinger solicitou em outubro de 1976 à ditadura argentina que o massacre fosse rápido, para impedir a condenação do Congresso por violações aos direitos humanos. Os novos documentos foram apresentados em Washington pela principal organização não governamental especializada na publicação de documentos secretos norte-americanos sobre a repressão em Latinoamérica, National Security Archives. Cf. Diário Página 12, del 2 de diciembre de 2003.

⁴ Existiram na Argentina 340 campos de extermínio e concentração. Cf. Nunca más.

⁵ Em contraste com Chile e Brasil que resolveram o problema do dissenso militar e de sua falta de coordenação através da criação de serviços secretos fortes e independentes, no caso uruguaio e argentino as rivalidades e conflitos entre os diversos organismos foram cruciais para o aumento do grau de incerteza e expansão da repressão. Cf. Gillespie. 1987. p.176.

⁶ CELS, (1982) *Desapariciones forzadas: elementos para una política*.

⁷ Cf. diário Clarín 27 de maio de 1977. Não deixa de ser sugestivo que o mesmo general -Ibérico Saint James- discursando sobre a idoneidade tenha expressado que "mi mayor aspiración sería no ser duro ni blando, sino razonablemente equilibrado". O sublinhado é meu. Cf. La Razón 15 de mayo de 1979.

Assim, a suspensão da política, entendida como prática de mediação entre sujeitos portadores de identidades coletivas que encontram no público o espaço privilegiado para debater e negociar diferentes perspectivas e visões de mundo, acabou, no limite, anulando plenamente os direitos de cidadania. Essa perspectiva habermasiana de "esfera pública", na qual as questões que dizem respeito à comunidade são apresentadas de forma discursiva através de argumentos racionalmente elaborados, não tem lugar numa sociedade autoritária. Neste tipo de sociedade, desaparece o caráter de mediação da esfera pública, entre o Estado e a sociedade civil, entre o poder público e os interesses da esfera privada. Numa sociedade plenamente constituída, na qual se estabelecem formas de interação comunicativa, as mensagens produzidas na arena pública requerem uma constante re-interpretação por parte dos sujeitos sociais. Em contrapartida, numa sociedade disciplinadora torna-se potencialmente perigoso expor concepções que possam dar lugar a interpretações contraditórias à normatividade faticamente instituída. (Brunner, 1982b, p.561).

Uma sociedade disciplinadora que atomiza e individualiza, objetiva a obtenção de um máximo de obediência e submissão dos indivíduos. Neste tipo de sociedade, a não comunicação será privilegiada, logo, a palavra, torna-se equívoca. Na realidade, mas que equívoca, a palavra deve ficar fixa a um significado preciso, perdendo assim, seu caráter polissêmico, seu caráter metafórico, sua riqueza. Neste tipo de sociedade, as mensagens não requerem nenhum tipo de interpretação, são ordens e como tal, devem cumprir-se. A ordem disciplinária uniformizou a sociedade; a silenciou até o limite do autismo; recortou ambições, projetos e objetivos; eliminou, em última instância, a capacidade de sonhar - elemento fundamental para a produção de utopias - e sem o qual não há humanidade possível.

Referências bibliográficas

- ARENDT, Hannah. *As origens do totalitarismo: Totalitarismo, o paroxismo do poder*. Rio de Janeiro: Documentário, 1979.
- _____. *A Condição Humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991.
- BETTELHEIM, Bruno. *O Coração bem informado*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1985.
- BOBBIO, Norberto. "Política", em *Diccionario de Política*. México: Siglo XXI, 1991.
- _____. (1992) *A Era dos Direitos*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1992.
- BRUNNER, José Joaquim. "Ideología, Legitimación y Disciplinamiento: nueve argumentos". em *Autoritarismo y Alternativas Populares en América Latina*. San Jose: Ediciones FLACSO, 1982.
- CENTRO DE ESTUDIOS LEGALES Y SOCIALES, *El secuestro como método de detención*. Buenos Aires: CELS (Colección: memoria y juicio), 1982.
- COLLIER, David (org.). *O novo autoritarismo na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- COMISIÓN NACIONAL SOBRE DESAPARICIÓN DE PERSONAS - CONADEP. *Nunca Más*. Buenos Aires: EUDEBA, 1985.
- CORRADI, Juan. "The mode of destruction: terror in argentina" in *TELOS*, 54, Winter, 1982.
- DUHALDE, Eduardo. *El Estado Terrorista Argentino*. Buenos Aires: Ed. El Caballito, 1984.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1979.
- FRONTALINI, Daniel; CAIAITI, Maria Cristina. *El mito de la guerra sucia*. Buenos Aires: CELS, 1984.
- GUILLESPIE, Richard. *Montoneros: Soldados de Perón*. Buenos Aires: Grijalbo Ed, 1987.
- HABERMAS, Jürgen. "O Conceito de Poder de Hannah Arendt" em *Habermas- Sociologia*, B. Freitag e S. P. Rounet (org.), São Paulo: Editora Ática, 1980.
- LAFER, Celso. *A Reconstrução dos Direitos Humanos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- LESSA, Renato. "Século XX em Chave Maligna". em *Política e Cultura Século XXI*, Vol. 2. Rio de Janeiro: ALERJ- Relume Dumará, 2002.
- LOVAS e ANDERSON. "Terror in Hungry" em *Telos-Winter*, 1982-83.
- MARSHALL, T.H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro, Editora Zahar, 1967.
- MIGNONE, Emilio. *Iglesia y Dictadura*. Buenos Aires: Ediciones del Pensamiento Nacional, 1986.
- O'DONNELL, Guillermo y GALLI, Cecilia. "Sugerencias sobre algunos temas relacionados con la 'textura celular' de la sociedad, en particular, con la sociología del miedo". Memo presentado al Social Science Research Council, 1980.
- STOPPINO, Mario. "Violencia". em *Diccionario de Política*. México: Siglo XXI, 1982.
- VELHO, Gilberto. *Individualismo e Cultura*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- WALTER, E.V. *Terror and Resistance. A Study of political Violence*. New York: Oxford University Press, 1969.
- WEBER, Max. *Conceitos Básicos de Sociologia*. São Paulo: Ed. Moraes, 1989.

Artigo enviado em 13/04/2006, aceito em 20/06/2007.